

Batalha decisiva

Luiz Alberto Weber
Da equipe do Correio

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que se acomoda no poder há 37 anos é um homem sem futuro político. O futuro dele se chamava Luís Eduardo Magalhães e morreu, jovem, aos 43 anos, na tarde de 21 de abril de 1998. Sem herdeiros, 73 anos, duas pontes de safena, ACM corre, agora, o risco de ver amputada uma

parte de seu presente político. Na quinta-feira, ele vai travar uma batalha para tentar escapar de uma punição humilhante e garantir uma sobrevivência pública — pelo menos na Bahia.

É sabido que em seu estado natal Antonio Carlos pode ser o que quiser. Mas não será mais nada nem na Bahia ou fora dela se for cassado pela violação do painel de votação do Senado. Laudo técnico preparado por quatro peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) mostrou que foi ex-

traída dos computadores do Senado uma lista com o voto de cada um dos senadores que participaram da sessão que cassou Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado.

O mandato de ACM só passou a ser ameaçado quando a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges acusou-o (junto com o senador José Roberto Arruda) de ser um dos mandantes da violação do painel. Em cinco horas de depoimento, na última quinta-feira, Regina Borges detalhou a ar-

quitura da fraude e como ela foi construída. Disse que foi procurada por Arruda, que exigiu a lista, dizendo falar em nome de ACM.

O ex-presidente do Senado dará sua versão no Conselho de Ética do Senado na próxima quinta-feira. Seus argumentos e explicações são mantidos em sigilo. Mas em conversas com amigos e assessores, o senador compartilhou as linhas de defesa que trilhará. Vejamos a seguir os principais argumentos e as fragilidades que eles contêm:

O GOVERNO

A DEFESA DE ACM

Antonio Carlos já começou a dizer que foi envolvido na história por causa da campanha que vem fazendo contra o governo federal. Ou seja: a denúncia da ex-diretora do Prodasen contra ele teria sido induzida por alguém ligado ao governo. ACM quer chegar até o ex-secretário da Presidência, Eduardo Jorge. Ex-diretor do Prodasen, Eduardo Jorge é amigo de Regina Borges e de seu marido, Ivar Alves Ferreira. Assessores de ACM buscam até rastros de negócios feitos entre uma suposta empresa de software (programas de computador) de Ivar com o governo. Os negócios teriam ocorrido sob o patrocínio de Eduardo Jorge.

A FRAGILIDADE

ACM recebeu e fez uso das informações contidas na lista. Se sua participação no episódio fosse plantada, ele não teria conhecimento nem tanta convicção dos votos dos senadores. Trataria a lista como um levantamento informal dos votos. E nunca diria, por exemplo, que a petista Heloísa Helena (PT-AL), votou a favor de Estevão. Pois não teria "prova" real disto.

a) "A sua líder (Heloísa Helena, do PT de Alagoas) não votou com a gente", disse ACM ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

b) "Lemos a lista, Heloísa Helena votou nele (Luiz Estevão). Eu tenho todos que votaram nele", disse, em conversa gravada, a três procuradores da República.

A MORAL

A DEFESA

O senador pretende mostrar que a ex-diretora do Prodasen já cumpriu missões dizendo equivocadamente fazê-las em seu nome. "Essa não teria sido a primeira vez que ela tomou atitudes sem me consultar, dizendo que cumpria ordens minhas". O senador dirá que cancelou atos administrativos de Regina Borges no comando do Prodasen. Um deles, seria a nomeação de Almir Menezes, filho da delegada Debora Menezes e apadrinhado de Rubens Gallerani, ex-representante da governo da Bahia e ex-assessor especial de ACM. Gallerani foi demitido depois que o Correio publicou que ele ficara milionário ilicitamente. Com a demissão de Gallerani, Almir, indicação sua, também perdeu o emprego.

A FRAGILIDADE

Em discurso feito no Senado, em dez de abril último, ACM chamou Regina Borges de "notável funcionária". Não bastasse o elogio, ela tem uma biografia exemplar graças ao trabalho desenvolvido em duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) — a que derrubou Fernando Collor e a que investigou fraudes na Comissão de Orçamento do Congresso. Os técnicos do Prodasen criaram, por exemplo, programas que mapearam o caminho do dinheiro desviado dos cofres

públicos. Quanto a nomeação e demissão do afilhado de Gallerani, o fato diz mais sobre ACM do que sobre Regina. Afinal, o rapaz por quase um ano ali trabalhou, só saindo com a queda do padrinho.

O PEDIDO

A DEFESA

ACM dirá que a própria Regina, em seu depoimento, afirmou "nunca ter recebido de ACM uma sugestão para que praticasse um ato incorreto". O senador perguntará, então, por que, no episódio da violação do painel, Regina não o consultou para saber se ele era mesmo o autor da ordem.

A FRAGILIDADE

No Senado, um pedido vindo do topo da hierarquia (leia-se os senadores) é mesmo uma ordem. Quando o autor da ordem é ACM, não se admite discussão, mesmo que ela tenha sido dada transversalmente, como Arruda fez crer a ela.

O TELEFONEMA

A DEFESA

Principal nó que ata o senador Antonio Carlos à história é o telefonema de agradecimento que a ex-diretora do Prodasen diz ter recebido de ACM depois da cassação de Estevão. ACM dirá que é até possível que ele tenha ligado para ela no dia da cassação, mas que, se o fez, foi para parabenizá-la porque tudo corria bem. Mas o telefonema será colocado em dúvida com base em dois principais argumentos: 1) Como a ex-diretora do Prodasen — que demonstrou ter uma memória extraordinária — não se lembra do que ACM lhe disse? 2) Antonio Carlos tentará mostrar aos senadores que não é de seu costume usar coloquialismos, como a palavra "valeu" (que Regina disse ter sido a expressão usada pelo senador no telefonema), para agradecimentos.

A FRAGILIDADE

O problema, nesse caso, é que ACM não é conhecido por ser um pároco no uso das palavras. São públicos seus desaforos e a forma coloquial que se dirige às pessoas. A expressão "valeu" não soaria estranha em sua boca. Quanto as palavras exatas pronunciadas por ele, isso não tem importância. Importa, sim, a ligação. Se admitir o telefonema, a versão de que ligara para Regina Borges para cumprimentá-la pelo trabalho pode não soar convincente. Votações secretas são rotineiras no Senado e não haveria por que ACM ligar para cumprimentá-la por isso.



REGINA BORGES DIZ TER RECEBIDO UM TELEFONEMA DE ACM PARA AGRADECER A LISTA COM OS VOTOS DOS SENADORES

A FRAGILIDADE

Trata-se da mais consistente linha de defesa até agora cogitada pelos assessores de ACM. Esse argumento, porém, só pode ser aplicado se a participação de Arruda ficar comprovada e se o senador tucano não disser que fez o que lhe atribuiu a pedido de ACM. E se ACM admitir que teve acesso à lista, como se deduz das declarações que deu.

O ENCONTRO

A DEFESA

Sobre o encontro mantido entre Regina e ACM na casa da secretária particular do senador, Isabel Flecha de Lima (logo depois que surgiram na imprensa as primeiras notas sobre a violação do painel), ACM vai dizer o seguinte: dirá que ali esteve, a pedido de Regina, para tratar de um assunto de interesse particular ou familiar da funcionária. Segundo assessores de ACM, o senador pode atacar em duas frentes: uma que supostamente liga familiares de Regina a ocorrências policiais e outra que a envolveria com irregularidades na compra de equipamentos para o Prodasen, objeto de uma comissão de sindicância no Senado.

A FRAGILIDADE

O ataque moral pode ter um efeito diverso do esperado — além de não ser uma prova conclusiva.

O SIGILO

A DEFESA

Assessores do senador baiano — e ele próprio — aumentaram convenientemente na semana passada o volume de uma discussão abafada: deve ou não existir o voto secreto. Há tempos se discute o fim de todas as votações secretas no parlamento. Os defensores originais da idéia argumentam que o sigilo esconde do eleitor o comportamento de seu escolhido. Ressuscitada por ACM, a tese será apresentada combinada com outros dois itens — a resolução 20/93 do Senado e os usos e costumes dos parlamentares. Esse conjunto será a última manobra de defesa do senador. A resolução 20/93 estabelece em seu artigo 10º que a perda temporária de mandato pode ser aplicada quando "revelado o conteúdo de debates ou deliberações que o Senado haja resolvido que devam ser secretas". (Veja matéria na página ao lado) Na sexta-feira, assessores do senador debruçaram-se sobre jornais do dia 28 de junho de 2000 para mostrar como a imprensa reconstituiu em detalhes a sessão secreta que cassou Estevão. Há uma idéia matreira neste dossiê. Os recortes de jornais que o senador pretende levar para a Comissão de Ética são — na avaliação dele — parentes da lista com os votos secretos que supostamente teriam sido apresentadas a ele. O raciocínio é simples. O que será dito é que assim como o sigilo dos votos foi quebrado, o sigilo da sessão também foi violado. O raciocínio combinado com a resolução desenha a saída de emergência de ACM: a suspensão de mandato.

Raimundo Paccó 19.11.97



ANTONIO CARLOS VAI DEPOR NO CONSELHO DE ÉTICA COM AS ARMAS QUE DEFINEM, NA VERDADE, SEU FUTURO POLÍTICO